

Economia

Crise Previsões de Primavera da Comissão Europeia traçam quadro negro

Austeridade empurra salários e consumo para queda histórica

Previsões de Bruxelas mostram que o programa da UE e do FMI vai atingir em força os portugueses. Economia nacional será a única em recessão em 2012

Ana Rita Faria

● No mesmo dia em que se soube que Portugal já entrou em recessão técnica no primeiro trimestre, a Comissão Europeia (CE) veio agravar as perspectivas para os próximos tempos. Nas suas previsões de Primavera, a instituição aponta para dois anos de recessão e um desemprego recorde. As medidas de austeridade já aplicadas e as que decorrem do acordo de ajuda externa vão ter um impacto enorme na vida dos portugueses, atirando o consumo privado para a maior queda de sempre e os salários reais para o maior recuo desde 1984, quando o FMI também interveio em Portugal.

Os gastos das famílias vão ressentir-se com os cortes salariais, os aumentos de impostos, a inflação, a subida das taxas de juro e o desemprego. A CE prevê que, em 2011, o consumo privado recue 4,4 por cento e outros 3,8 em 2012. A verificar-se, será a maior queda deste indicador desde que há registos dos dados. Os salários vão também ressentir-se com as medidas de austeridade, desde logo devido ao corte de 5 por cento na massa salarial dos funcionários públicos.

De acordo com as previsões da CE, os salários reais vão descer 3,6 por cento este ano e outros 1,9 em 2012, naquela que é a maior queda entre os países da zona euro. As quedas nominais são ainda maiores (7 e 3,9 por cento, respectivamente), visto que Bruxelas está a prever uma inflação de 3,4 e 2 por cento em Portugal.

A queda em 2011 não surpreende, devido ao corte salarial na função pública, mas o novo recuo das remunerações em 2012 espelha já que a economia fará um ajustamento salarial por baixo. As medidas de flexibilização laboral acordadas com a União Europeia (UE) e o FMI, a facilitação do despedimento e o nível recorde de desemprego irão pressionar os vencimentos dos novos contratados, reduzindo o nível geral das remunerações.

Tanto para 2011 como para 2012, as previsões da CE representam a maior queda dos salários reais desde 1983 e 1984, quando estes recuaram 5,7 e

9,2 por cento, respectivamente, na sequência da intervenção do FMI (ver texto em baixo).

No sector público, as despesas com salários vão estar, este ano e no próximo, ao nível mais baixo dos últimos 20 anos e os gastos com prestações sociais (subsídio de desemprego, abonos de família ou o rendimento social de inserção) vão sofrer uma redução, na sequência das medidas de austeridade já previstas no Orçamento do Estado de 2011 e exigidas pela própria *troika*. A CE prevê que, este ano, os encargos do Estado com as transferências sociais atinjam o nível mais baixo desde 1999 (ver infografia). Esses encargos, em percentagem do PIB, vão mesmo registar em 2011 a maior descida desde 1983 (-1,3 por cento).

Portugal pior que a Grécia

O quadro decepcionante traçado por Bruxelas começou ontem a materializar-se, depois de o Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmar que Portugal entrou já em recessão no primeiro trimestre. E uma recessão mais profunda do que se previa.

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional recuou 0,7 por cento entre Janeiro e Março, depois de ter já resvalado 0,6 por cento nos últimos três meses do ano passado. Portugal entrou, assim, oficialmente, em recessão técnica (conceito que define dois trimestres consecutivos de contração do PIB), reflectindo uma acentuada retração da procura interna, sobretudo das famílias.

Para este ano, as previsões da CE são de uma contração do PIB de 2,2 por cento, que se prolongará para 2012, com nova queda de 1,8. Mas, enquanto este ano ainda nos podemos congratular por a Grécia estar em pior situação (com uma queda da economia de 3,5 por cento), em 2012 a economia helénica vai descolar e deixar Portugal como o único país em recessão da zona euro e da UE.

Tal como o ministro das Finanças já tinha anunciado, a taxa de desemprego vai atingir um recorde histórico no próximo ano - 13 por cento -, depois de chegar aos 12,3 este ano. Só a Espanha, a Grécia, a Irlanda e a Eslo-

váquia estarão em pior situação.

A queda recorde do consumo privado vai empurrar a procura interna (que reúne os gastos das famílias, o consumo público e o investimento) para o maior recuo de sempre este ano (5,7 por cento) e para o segundo maior em 2012 (4,7 por cento). Os gastos do Estado vão registar uma queda acumulada de 10,5 por cento até 2012, enquanto o investimento público vai deslizar 17,3 por cento nestes dois anos.

De acordo com a CE, este recuo nos gastos do Estado irá afectar o investimento privado, que deverá encolher 10 por cento em 2011 e 7,5 por cento em 2012. Os únicos contributos positivos para a economia virão das exportações e das importações. As vendas ao exterior vão aumentar 6,2 por cento este ano e 5,9 em 2012, ainda assim abaixo da performance do ano passado (ver infografia).

Já as compras ao exterior vão ressentir-se com a contração do consumo privado e diminuir 5,3 e 2,8 por cento, em 2011 e 2012. Estes valores ficam, contudo, abaixo da redução das importações registada em 2009 (-10,6 por cento, na sequência de uma contração do PIB de 2,5 por cento) e também dos valores registados aquando da última intervenção do FMI em Portugal, em 1983/1984.

Euro a duas velocidades

Enquanto Portugal e outros países periféricos continuam a deslizar, as maiores economias europeias estão a ganhar fôlego, acentuando o quadro de uma Europa a duas velocidades. A CE reviu ontem em alta ligeira as suas previsões para a zona euro, apontando para um crescimento de 1,6 por cento este ano e 1,8 por cento no próximo. Os 27 Estados da UE deverão crescer, em média, 1,8 por cento em 2011 e 1,9 em 2012.

À semelhança das taxas de crescimento, o mercado laboral europeu oscila entre a taxa de desemprego de 20,6 por cento projectada para Espanha e os 4,2 por cento na Holanda. A inflação deverá atingir quase 3 por cento na UE este ano e 2,6 por cento na zona euro, aliviando em 2012 para 2 e 1,8 por cento, respectivamente.

Como Portugal vai ficar depois de ajuda externa

Salários dos portugueses são os que vão cair mais na zona euro...

Salários reais (2011)
Taxa variação homóloga

Holanda	0,9
Estónia	0,8
Alemanha	0,5
Chipre	0,5
Eslováquia	0,3
França	-0,1
Bélgica	-0,2
Eslovénia	-0,2
Áustria	-0,3
Finlândia	-0,5
Malta	-0,6
Itália	-1
Luxemburgo	-1
Irlanda	-1,3
Espanha	-1,7
Grécia	-3,5
Portugal	-3,6

Fonte: Comissão Europeia

... e Portugal será único país em recessão em 2012

Crescimento do PIB
Taxa de variação anual - em %

Eslováquia	4,4
Estónia	4
Luxemburgo	3,8
Finlândia	2,6
Eslovénia	2,5
Chipre	2,4
Bélgica	2,2
Malta	2,2
França	2
Áustria	2
Alemanha	1,9
Irlanda	1,9
Holanda	1,7
Espanha	1,5
Itália	1,3
Grécia	1,1
Portugal	-1,8

O FMI de 2011 versus a *troika* de 2011

Ajuda da UE/FMI vai ter mais impacto do que a interve

Consumo privado

Taxa de variação homóloga (em%)

1983	-0,3	0
1984	-4,4	-3,8

Em 1983, quando o FMI aportou a Portugal com 650 milhões de dólares para travar uma recessão e a subida vertiginosa da dívida externa, o Governo já tinha tomado algumas medidas. Desvalorizou-se o escudo, aumentaram-se as taxas de juro e os preços dos produtos básicos, congelou-se o investimento público e criou-se um imposto extraordinário sobre os lucros. Mas isso não bastou e foi necessário recorrer ao FMI. As medidas tomadas fizeram os salários reais cair e o desemprego galopar. Em 1983, o consumo privado recuou 0,3 por cento, a maior queda registada até então, e estagnou no ano seguinte. Agora, de novo com o FMI no terreno, as previsões para o consumo privado são as piores de sempre. Não há propriamente uma justificação técnica para esta diferença, nem

para a queda do consumo ter sido relativamente branda em 1983/84. O mais provável é que, desta vez, o impacto da austeridade sobre a confiança dos consumidores tenha sido maior, levando-os a retraírem voluntariamente o consumo.

Exportações

Taxa de variação homóloga (em%)

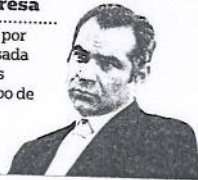
1983	20,8	14,3
2011	6,2	5,9

Apesar de as exportações serem um dos poucos componentes do PIB a contribuir positivamente para o crescimento este ano e em 2012, não vão apresentar uma performance tão fulgurante como em 1983/84. Na altura, sob o comando do FMI, procedeu-se a uma desvalorização do escudo que tornou mais competitivos os produtos portugueses no exterior. O resultado foi um aumento das exportações de 20,8 por cento em 1983 e de 14,3 em 1984.

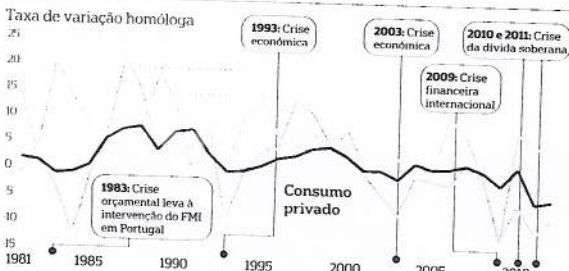
Ongoing contesta em tribunal deliberações da Impresa

A Ongoing interpôs uma providência cautelar para suspender as deliberações da última assembleia geral da Impresa, onde detém 23 por cento

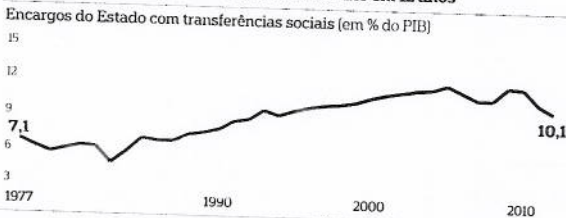
do capital. O grupo liderado por Nuno Vasconcelos viu recusada a proposta de eleição de dois administradores para o grupo de Pinto Balsemão.



Exportações compensam parcialmente queda do consumo e do investimento



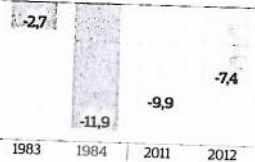
Gastos com apoios sociais ao nível mais baixo em 12 anos



Quebra do fundo nos anos 80

Investimento

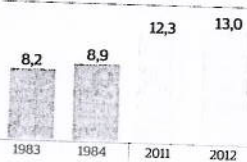
Taxa de variação homóloga (em%)



O investimento público e privado atingiu a maior quebra de sempre em 1984, mas, em 2011 e 2012, vai acabar por cair mais em termos acumulados.

Taxa de desemprego

Em % da população activa

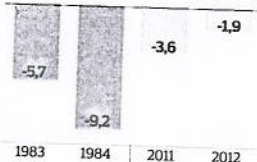


Na sequência da primeira intervenção do FMI (em 1977/78) e da segunda (1983/84), a taxa de desemprego fixou-se em níveis altos. Apesar das oscilações, a sua tendência tem sido de aumento e,

em 2012, deverá atingir um nível recorde de 13 por cento.

Salários

Taxa de variação homóloga (em%)



Em 2011 e 2012, os salários reais dos portugueses vão sofrer a maior redução desde 1983/84. Nesses dois anos em que o FMI esteve em Portugal, os salários reais recuaram, em termos acumulados, 14,5 por cento. Ao forte aumento da tributação directa e indirecta somou-se um corte de 28 por cento no subsídio de Natal. Este ano e no próximo, os salários reais deverão cair bem menos, apesar de as medidas de austeridade actuais serem bem mais penalizadoras, com os cortes salariais na função pública. O que justifica a diferença é a inflação, que disparou para quase 30 por cento nos anos 80, evaporando os aumentos salariais que então se registaram.

Operações têm de ser renovadas até chegar dinheiro da UE e FMI Empréstimos de curto prazo de bancos evitaram bancarrota de Portugal em Abril

Sérgio Anibal

Apenas o recurso a operações de crédito de curto prazo negociadas com bancos nacionais e internacionais está a salvar o Estado português de entrar em bancarrota enquanto espera pela chegada do financiamento de emergência da União Europeia e do FMI.

Durante o mês de Abril, o Estado, segundo o mais recente boletim do Instituto de Gestão da Tesouraria e Crédito Público (IGCP), procedeu à emissão de 7362 milhões de euros de dívida não transaccionável, que consiste na realização de operações de reporte com bancos nacionais e internacionais, na venda de papel comercial e na abertura de linhas de crédito com algumas instituições financeiras. O financiamento obtido desta forma superou de forma clara aquilo que é habitual na gestão da dívida nacional. Nos primeiros três meses do ano, por exemplo, a emissão deste tipo de instrumentos pouco ultrapassou os 1000 milhões de euros.

O PÚBLICO confirmou, junto de fonte das Finanças, que esta foi a única forma encontrada para garantir que havia fundos suficientes para fazer face aos compromissos que o Estado teve durante de cumprir com outros credores.

A 15 de Abril, o Estado português teve de amortizar 4167 milhões de euros de uma linha de obrigações de tesouro que chegou à sua maturidade. E, nas semanas anteriores,

Portugal tinha perdido a capacidade para realizar emissões de grande dimensão de obrigações ou bilhetes de tesouro. Por isso, ao mesmo tempo que o Governo se via forçado a pedir ajuda financeira aos seus parceiros da zona euro e ao FMI no dia 6 de Abril, o IGCP teve de negociar com instituições financeiras uma série de operações que garantissem a liquidez necessária ao Estado português para evitar o default (bancarrota). A maior parte destes fundos resultam das chamadas operações de reporte, em que o Estado vende títulos de dívida a bancos, comprometendo-se desde logo a recomprá-los algumas semanas depois. Não são divulgados os juros suportados nestas operações.



Aperto no Ministério das Finanças

O problema é que, como estes empréstimos são feitos em prazos muito curtos, o Estado português continua, neste momento, sob forte pressão para encontrar financiamento. Em Maio, de acordo com os dados disponibilizados pelo IGCP, é preciso amortizar mais de 5000 milhões de euros, correspondentes a empréstimos de curto prazo, dados pelos bancos em Abril, que chegam ao seu fim.

Para o conseguir, as Finanças continuam a negociar linhas de crédito de muito curto prazo com instituições financeiras. Para além disso, mantêm-se as emissões quinzenais de bilhetes de tesouro, sempre com prazos inferiores a três meses, os únicos em que é possível garantir sucesso nos mercados. Tudo isto para que Portugal resista até que os fundos dos parceiros da zona euro e do FMI cheguem ao país, algo que apenas deverá acontecer em Junho, mesmo assim a tempo de mais uma importante amortização de OT agendada para o dia 15.

Os problemas de Portugal em financiar-se acontecem ao mesmo tempo que o valor estimado para a dívida pública nacional no final deste ano ultrapassa, pela primeira vez, o valor do PIB. De acordo com as previsões da Comissão Europeia publicadas ontem, a dívida irá representar 101,7 por cento do PIB em 2011 e 107 por cento em 2012. Portugal junta-se assim à Grécia, Itália e Irlanda como os únicos países do euro a ultrapassarem a barreira dos 100 por cento.

Reacções

Recessão é "o preço a pagar", diz Sócrates

Ana Rita Faria

Uma recessão de dois anos e um desemprego histórico são "o preço a pagar" pela consolidação orçamental. Ou são o resultado de um "permanente estado de negação" do executivo? O Governo e o PSD esgrimiram ontem as suas posições sobre as previsões apresentadas pela Comissão Europeia, que colocam Portugal como o único país em recessão em 2012.

Para o primeiro-ministro José Sócrates, o aumento do desemprego e as perspectivas de contração do PIB este ano e no próximo são "o preço a pagar pela consolidação orçamental". Para o governante, a única forma de conseguir crescimento "é pôr as contas públicas em ordem". O ministro da Economia, Vieira da Silva, afirmou,

por sua vez, que os números divulgados ontem pelo INE - e que mostram que a economia portuguesa já entrou em recessão no primeiro trimestre - "não surpreendem o Governo" e "correspondem à consequência de uma política necessária".

Para o PSD, a recessão projectada para este ano é, contudo, o resultado de "um permanente estado de negação do primeiro-ministro" e das políticas seguidas nos últimos seis anos. "O Governo falhou todas as previsões económicas, isto nada tem a ver com o chumbo do PEC IV ou com o plano da troika", frisou ontem o coordenador do gabinete de estudos do PSD, Carlos Moedas. Para o social-democrata, "há políticos responsáveis por esta situação e têm de ser responsabilizados". Também a deputada do

CDS-PP Assunção Cristas comentou os dados do INE, dizendo que "não são propriamente uma novidade" e que só o primeiro-ministro terá ficado surpreendido, já que "teimou" que não haveria recessão em Portugal.

No último Programa de Estabilidade e Crescimento (o PEC IV), chumbado pelo Parlamento, o Executivo previa uma contração do PIB de apenas 0,9 por cento este ano e um crescimento de 0,3 já em 2012. No Orçamento de Estado de 2011, as previsões eram ainda melhores, apontando para um crescimento tímido este ano. Mas o acordo com a troika para a ajuda externa obrigou o Governo a alinhar com as previsões de Bruxelas e do FMI: uma queda do PIB de cerca de 2 por cento, tanto em 2011 como em 2012.